



O Orçamento Participativo como Ferramenta de Transformação Social: Um Panorama da Produção Acadêmica (2019-2024)

Mateus Araújo Aires, Luana Sávia Araújo Aires.



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p919-951>

Artigo recebido em 29 de Junho e publicado em 29 de Julho de 2025

ARTIGO DE REVISÃO

RESUMO

CONTEXTO: trata-se de uma revisão documental de dissertações e teses sobre o Orçamento Participativo (OP), disponíveis na Plataforma Sucupira da CAPES, entre 2019 e 2024. **OBJETIVO:** identificar os aspectos positivos e negativos recorrentes, bem como as principais contribuições dos estudos. **METODOLOGIA:** a pesquisa é qualitativa de natureza exploratória da análise do conteúdo dos trabalhos selecionados. **RESULTADOS:** apontam que o OP segue como mecanismo relevante de democracia participativa, favorecendo a transparência, inclusão e engajamento sociais. Todavia, ainda persistem desafios como limitações institucionais, baixa adesão e dificuldades na sua implementação. **CONCLUSÃO:** as pesquisas indicam que seu fortalecimento depende de maior compromisso governamental, uso de tecnologias participativas e capacitação da sociedade civil. **CONTRIBUIÇÃO:** os achados contribuem para aprimorar políticas públicas mais eficazes e inclusivas para os municípios e seus munícipes.

Palavras-chave: Orçamento Participativo; Democracia Participativa; Gestão Pública; Transparência; Cidadania.



The participatory budget as a tool for social change: an outlook of the academic production (2019-2024)

ABSTRACT

CONTEXT: The following paper is a documentary review of dissertation and thesis about Participatory Budget (PB), available on the CAPES' Sucupira Platform, between 2019 and 2024. **OBJECTIVE:** identify recurrent negative and positive aspects, as well as the studies' major contributions. **METHODOLOGY:** The research is qualitative with an exploratory nature of the selected works content analysis. **RESULTS:** they indicate that the PB continues as a relevant mechanism for democratic participation, favoring transparency, inclusion and social engagement. However, some challenges still persist, such as institutional limitations, low acceptance, and difficulties for its implementation. **CONCLUSION:** the research indicates its strengthening depends on heavier governmental commitment, usage of participatory technologies and training the society for it. **CONTRIBUTION:** the findings contribute to enhancing more efficient and inclusive public policies for the municipality and its citizens.

Keywords: Participatory Budget; Participatory Democracy; Public Management; Transparency; Citizenship.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

O Orçamento Público Participativo constitui uma experiência de democratização da gestão pública de ampliação da atuação cidadã nos processos decisórios de alocação de recursos públicos (Abreu, 2014; Pinho, 2014; Silva, 2017; Souza, 2017). E desde sua implementação em diversas cidades brasileiras a partir do final da década de 1980, se constituiu objeto de atenção acadêmica, política e institucional, tanto pelo seu potencial de fortalecimento da democracia direta como pelos desafios enfrentados em sua consolidação e continuidade (Azevedo *et al*, 2022; Souza 2015).

Considerando a relevância desse instrumento de gestão participativa, o presente trabalho visa examinar a produção acadêmica recente acerca do tema, a partir de uma revisão de dissertações e teses disponibilizadas no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2019 a 2024, centrada na identificação e sistematização tanto dos aspectos positivos quanto dos aspectos negativos recorrentes nos trabalhos acadêmicos selecionados, e assim colaborar para a compreensão das potencialidades e limitações do orçamento participativo na atualidade.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre o orçamento participativo, incluindo seus conceitos-chave, abordagens analíticas e evolução histórica no contexto brasileiro. Na segunda seção, detalham-se os materiais e métodos empregados na realização da revisão, incluindo os critérios de seleção, categorização e análise das dissertações e teses. A terceira seção apresenta os resultados e discussão, nos quais são descritos e analisados os achados relativos aos aspectos positivos e negativos mais recorrentes na produção acadêmica revisada. Por fim, na quarta seção, são tecidas as considerações finais, nas quais se destacam os principais resultados da análise, bem como as contribuições dos estudos revisados para o campo das políticas públicas e da participação cidadã.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Orçamento Público Participativo configura-se como um instrumento de gestão



democrática que visa incorporar a participação direta da sociedade civil na definição das prioridades orçamentárias do poder público, especialmente no âmbito municipal, preconizado no artigo 29, inciso, XII, da Constituição Federal.

A literatura especializada aponta que essa forma de participação pode contribuir para a inclusão social, o fortalecimento da cidadania ativa e o aumento da transparência na gestão pública (Azevedo *et al*, 2022; Sousa *et al*, 2023).

Todavia, a descontinuidade política, as mudanças nas administrações locais e os contextos de crise fiscal têm limitado a efetividade do OP, contribuindo para o enfraquecimento ou abandono de programas participativos em diversas localidades (Azevedo *et al*, 2022; Bordat, 2014; Peres, 2020, Souza, 2015).

No campo das avaliações do OP, alguns estudos adotam a perspectiva normativa, enfatizando os princípios que devem nortear o orçamento participativo, como equidade, inclusão e justiça social (Abreu, 2014; Pinho, 2014; Sousa *et al*, 2023; Souza, 2015). Outros se concentram nos resultados concretos, como melhoria nos indicadores sociais, redistribuição orçamentária e fortalecimento institucional (Silva, 2017; Souza, 2017). Havendo ainda abordagens críticas que problematizam a eficácia real do OP e questionam até que ponto ele de fato transforma as estruturas de poder pela promoção da democracia deliberativa (Azevedo *et al*, 2022; Bordat, 2014; Peres, 2020).

Nesse diapasão, a revisão, ora posta, compreende o orçamento participativo como uma política pública complexa, situada na interseção entre gestão pública, participação cidadã e governança democrática (Azevedo *et al*, 2022; Sousa *et al*, 2023), cuja análise requer considerar tanto os fundamentos teóricos que o sustentam, quanto os contextos institucionais, políticos e sociais que moldam suas práticas, limitações e transformações no curso do tempo (Peres, 2020; Souza, 2015).

1.1 Orçamento participativo à luz da Carta Magna

Carta Republicana de 1988 balizou importantes transformações na organização orçamentária do Estado brasileiro, traçando um caminho em direção ao aprimoramento da democracia. A Constituição Federal representa, assim, um pacto entre diversas forças sociais e políticas em prol da consolidação dos direitos fundamentais (Siqueira, 2016).

Embora não mencione expressamente o orçamento participativo como prática



obrigatória, a Constituição de 1988 estabelece princípios e diretrizes que oferecem respaldo normativo à gestão pública participativa. O artigo 1º, ao proclamar o Brasil como Estado Democrático de Direito, já revela o compromisso com a participação cidadã nas decisões políticas. Seu parágrafo único afirma que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Outros dispositivos reforçam esse marco democrático, como o artigo 3º, que define os objetivos fundamentais da República, entre eles: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais; e a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação. Tais princípios dialogam diretamente com as finalidades do orçamento participativo, ao promover inclusão, justiça social e acesso equitativo às decisões públicas.

Destaca-se, ainda, o artigo 29, inciso XII, que determina a obrigatoriedade, nas Leis Orgânicas municipais, da "cooperação das associações representativas no planejamento municipal", o que, no contexto da gestão local, se aproxima da concepção contemporânea de democracia deliberativa ou participativa. De igual relevância é o artigo 204, inciso II, que trata da descentralização da gestão das políticas sociais e da obrigatoriedade da elaboração de planos e orçamentos com participação da sociedade, em consonância com os dispositivos que regem o orçamento público (artigos 165 a 169 da CF/88).

Portanto, ainda que não expressamente mencionado pela Constituição, o orçamento participativo encontra respaldo em seu espírito normativo. A leitura conjugada desses dispositivos revela um compromisso com a deliberação popular na administração pública, fortalecendo mecanismos de *accountability* democrática, promovendo a transparência na gestão fiscal e cultivando uma cultura de cidadania ativa (Azevedo *et al.*, 2022; Silva, 2017; Souza, 2017).

1.2 Orçamento participativo como objeto de investigação acadêmica

A presença do OP em dissertações de mestrado e teses de doutorado reflete sua relevância na seara da investigação sobre democracia participativa, gestão pública e inovação institucional.



O tema articula questões normativas e empíricas, sendo passível de abordagens interdisciplinares que envolvem, por exemplo, Direito, Arquitetura e Urbanismo e Contabilidade Pública.

Grande parte da produção acadêmica estudada, e mais adiante comentada nos resultados e discussão, adotou o formato de estudo de caso, centrando-se na experiência local de pelo menos um município, a exemplo do trabalho pioneiro no estudo do orçamento participativo digital, a tese de doutoramento de Júlio César Andrade de Abreu, no ano de 2012, pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), intitulada: Participação democrática na administração pública mediada pela internet: o caso do orçamento participativo digital, cuja pesquisa se debruçou no exame do OPD na cidade de Belo Horizonte-Minas Gerais, nas edições de 2006, 2008 e 2011.

A escolha metodológica (estudo de caso) se justifica pelas características intrínsecas do orçamento participativo e orçamento participativo digital, quais sejam, a aplicação localizada, a dependência do contexto político-institucional e a influência dos arranjos específicos de governança (Yin, 2001).

Bom observar que os estudos de caso permitem a imersão do pesquisador nas dinâmicas participativas, nas relações entre atores sociais e nas condições concretas de deliberação, oferecendo uma compreensão aprofundada e contextualizada dos processos analisados (Yin, 2001).

1.3 Orçamento participativo na literatura de revisão

A literatura acadêmica especializada reconhece o orçamento participativo como um fenômeno simultaneamente institucional e normativo: um arranjo organizacional com potencial de redistribuição democrática de recursos, e um ideal político, associado à ampliação da cidadania ativa e ao fortalecimento da democracia deliberativo (Bordat, 2014; Silva, 2017; Souza, 2017).

Sua manifestação mais consolidada se dá no âmbito municipal, onde há maior possibilidade de articulação entre governo e sociedade, tanto pela proximidade territorial quanto pelas condições práticas de deliberação pública (Abreu, 2014; Pinho, 2014; Souza, 2015).

Enquanto objeto de estudo, o OP tem sido amplamente explorado por



pesquisadores interessados em compreender como se dá, na prática, a efetivação da participação cidadã, quais impactos são gerados e quais barreiras surgem nos diferentes contextos locais (Azevedo et al., 2022; Sousa et al., 2023).

Os escritos presentemente tratados revelam o OP um campo em constante amadurecimento, no qual convergem desde abordagens empíricas e análises comparativas a reflexões críticas sobre a viabilidade, os limites e as potencialidades da participação popular no planejamento e na gestão dos recursos públicos.

MÉTODO E MATERIAIS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com foco na análise de produções acadêmicas sobre orçamento participativo (OP) catalogadas na Capes entre 2019 e 2024.

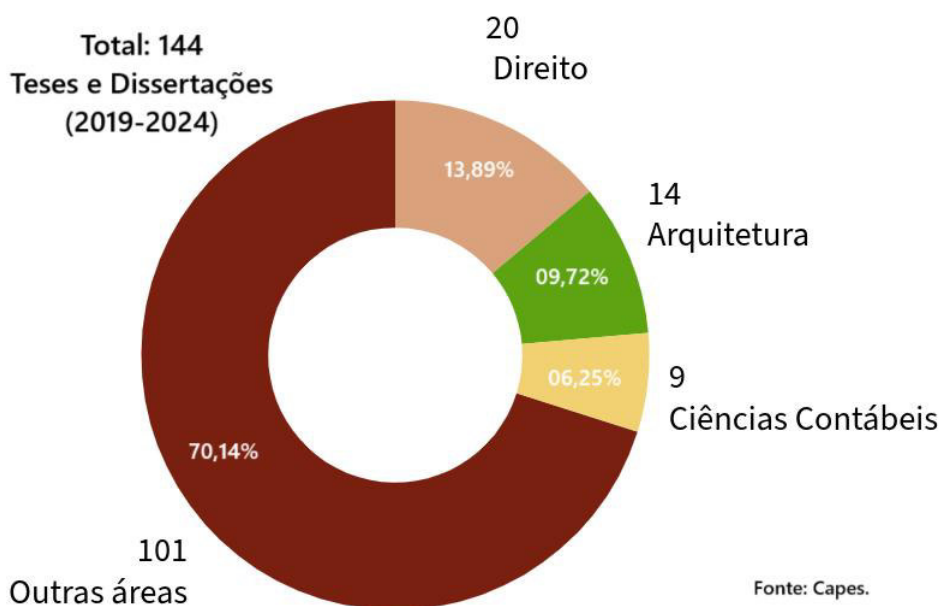
O estudo foi desenvolvido em duas etapas metodológicas complementares, ambas ancoradas na revisão bibliográfica como estratégia principal de análise do conteúdo acadêmico (Bardin, 2016).

Na primeira etapa realizada em fevereiro de 2025, após a delimitação do tema orçamento participativo na produção acadêmica, procedeu-se a seleção de textos depositados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no período de 2019 a 2024, a partir da seguinte questão:

Quais as potencialidades e fragilidades recorrentes nos trabalhos acadêmicos “stricto sensu” que tratam do orçamento participativo?

Foram adotados critérios de inclusão baseados na pertinência temática (orçamento participativo), recorte temporal (2019-2024) e disponibilidade dos textos na íntegra, com ênfase nos elementos recorrentes relacionados às potencialidades e limitações do orçamento participativo, sendo Direito a área de conhecimento que mais agregou estudos sobre o tema (20), seguido por Arquitetura: Planejamento Urbano e Regional (14) e Ciências Contábeis (9).

Gráfico 1: demonstração da abordagem interdisciplinar do tema orçamento participativo na produção acadêmica nacional.



Elaborado pelos autores.

Utilizando os unitermos orçamento participativo municipal – democracia participativa - orçamento participativo digital - orçamento participativo, sem identificação de período, se chegou a uma única tese de autoria de Júlio Cesar Andrade de Abreu, de 2012, mencionado no item 1.3 deste artigo.

Subtraindo a expressão orçamento participativo digital, apareceram 56 pesquisas, e restringindo o período entre 2019 e 2024, o elenco de trabalhos foi reduzido para nove, porém não constando teses e dissertações de 2020, 2021, 2022 e 2024, lacuna que se repetiu com a variação combinada de dois ou três dos quatro unitermos entre si.

Somente a utilização de um único descritor: “orçamento participativo”, a página apresentou um rol de 695 trabalhos, e ao adicionar o interregno de 2019 a 2024, 144 textos em todo o período, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: produção acadêmica constante no catálogo de teses e dissertações da CAPES.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total: 144
Dissertações	29	8	22	22	23	10	114
Teses	4	3	6	10	7	-	30

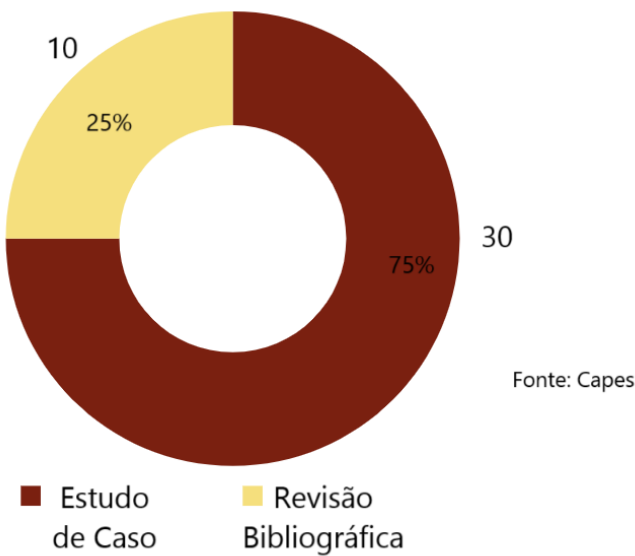
Elaborado pelos autores.

A partir da leitura dos títulos e resumos foram descartados 100 trabalhos por não



ser o objeto desta pesquisa o tema central, ou não se tratar de OP de ente federativo (União Federal; Estados, DF, municípios), e outros quatro que embora inseridos no contexto pretendido, os autores não autorizaram a divulgação do texto completo, totalizando 104 trabalhos de conclusão de pós-graduação *stricto sensu* não relacionados, e habilitados para esta revisão a leitura de 40 pesquisas, sendo 33 dissertações de mestrado e sete teses de doutorado, divididos quanto a abordagem metodológica em 30 estudos de caso e 10 revisões bibliográficas (Bardin, 2016), consoante o gráfico e o quadro-resumo a seguir:

Gráfico 02: predominância de estudos de caso (subseção 1.3 do presente artigo).



Elaborado pelos autores

Quadro 02: síntese dos trabalhos acadêmicos selecionados.

	Autor/Data	Síntese	Tipo
--	------------	---------	------



1	Almeida, 2019	Estudo de caso da gestão orçamentária no Município de Euclides da Cunha – BA, apresentando crítica à modicidade do modelo concretizado.	Dissertação
2	Alves, 2022	Estudo de caso comparativo acerca da participação popular na elaboração dos orçamentos públicos nos municípios de Brumado e Guanambi, Estado da Bahia também asseverando as limitações dos modelos implementados.	Dissertação
3	Araújo, 2023	Estudo de revisão: propõe um modelo de orçamento participativo para o município de Caicó/RN, a partir da identificação de aspectos favoráveis e limitações observados na literatura.	Dissertação
4	Azevedo, 2019	Estudo de revisão: analisa quantitativamente o declínio na implementação e o aumento do abandono das experiências de orçamento participativo no Brasil.	Dissertação
5	Barboza, 2022	Estudo de revisão: avalia a efetividade da participação híbrida na gestão do orçamento participativo, com base em revisão bibliográfica.	Dissertação
6	Bianchi, 2019	Estudo de revisão: discute a viabilidade da obrigatoriedade de implementação das decisões deliberadas por conselhos e assembleias do orçamento participativo.	Dissertação
7	Burity, 2019	Estudo de caso: analisa o planejamento orçamentário participativo de Teresina (PI), no período de 2013 a 2018, destacando potencialidades e limitações.	Dissertação
8	Cantuário, 2019	Estudo de caso: avalia a efetividade da participação social na elaboração do PPA de Macapá, com crítica ao modelo consultivo da participação popular.	Dissertação



9	Carvalho, 2022	Estudo de revisão: investiga a aplicação do Nudge em consultas públicas como estratégia para estimular a participação popular na gestão orçamentária municipal.	Dissertação
10	Castro, 2022	Estudo de caso: apresenta evidências de que o fortalecimento da democracia participativa nos municípios do interior do Amazonas, por meio do orçamento participativo, favorece a qualidade de vida.	Dissertação
11	Davanço, 2024	Estudo de caso: analisa a evolução e os retrocessos nas políticas participativas no município de Cianorte.	Dissertação
12	Engelke, 2022	Estudo de caso: examina os avanços e retrocessos dos orçamentos participativos nos municípios de Rio Grande e São Lourenço do Sul (RS).	Tese
13	Ferreira, 2023	Estudo de revisão: observa os efeitos do orçamento participativo ao longo do tempo, apontando a limitação do modelo de deliberação consultiva.	Dissertação
14	Fontoura, 2019	Estudo de caso: analisa os entraves e retrocessos do orçamento participativo em Porto Alegre, enfatizando o papel do clientelismo.	Dissertação
15	Franco, 2019	Estudo de caso: investiga o orçamento participativo digital de Volta Redonda, apontando seu potencial transformador apesar da insuficiência atual.	Dissertação
16	Gomes, 2019	Estudo de caso comparativo: compara o Participa.br com o Decide Madrid, avaliando seus alcances e limitações.	Tese
17	Lima, 2023	Estudo de revisão: avalia a possibilidade de concretização das decisões do orçamento participativo frente ao princípio da reserva do possível.	Dissertação
18	Luciano, 2021	Estudo de caso: analisa o OPD de Volta Redonda, concluindo que a ferramenta tem potencial, mas encontra barreiras na baixa participação popular e na ausência de formação cidadã.	Dissertação



19	Macedo, 2022	Estudo de caso: investiga as mudanças metodológicas no orçamento participativo de João Pessoa (2013–2020), constatando enfraquecimento da participação popular.	Dissertação
20	Maciel, 2021	Estudo de caso comparativo: compara os orçamentos participativos de municípios do Paraná e de Portugal.	Dissertação
21	Mororó, 2024	Estudo de caso: analisa o orçamento participativo de Fortaleza (2016–2023), concluindo pela mitigação progressiva da agenda deliberativa social.	Dissertação
22	Mottin, 2023	Estudo de caso: analisa o orçamento participativo à luz da teoria libertária de Murray Bookchin, apontando a perda de força da política participativa.	Dissertação
23	Muller, 2022	Estudo de caso: investiga os movimentos sociais e suas relações com o Estado nos 30 anos de orçamento participativo de Porto Alegre, com ênfase em duas regiões com distintas tradições associativas.	Tese
24	Napoli, 2021	Estudo de revisão: conclui pela queda progressiva da participação social na gestão financeira dos municípios brasileiros.	Dissertação
25	Pacheco, 2020	Estudo de caso: analisa os orçamentos participativos de três municípios como referência para implementação no município de Madre de Deus/BA.	Dissertação
26	Pinheiro, 2021	Estudo de caso: investiga as prioridades dos participantes do orçamento participativo de Porto Alegre (1997–2016), destacando a recorrência da habitação.	Dissertação
27	Pita, 2020	Estudo de caso: analisa o desenvolvimento do orçamento participativo de João Pessoa ao longo do tempo, identificando erros, acertos e potencialidades futuras.	Dissertação
28	Porto, 2024	Estudo de caso: verifica a implementação de decisões participativas no plano habitacional de Belo Horizonte.	Dissertação



29	Raymundo, 2022	Estudo de caso: Raymundo analisa as oportunidades e consequências das decisões tomadas nos orçamentos participativos de Curitiba.	Dissertação
30	Sá, 2021	Estudo de caso: investiga as potencialidades e diretrizes metodológicas do orçamento participativo com base na experiência de Belo Horizonte.	Tese
31	Santos, 2019	Estudo de caso: avalia a aplicação das deliberações participativas em Fortaleza (2005–2016), constatando regressão do processo com mudanças de gestão.	Dissertação
32	Santos, 2019	Estudo de revisão: analisa o OPD como instrumento viável e modernizador do orçamento participativo, ressaltando sua potencialidade e os impactos negativos de mudanças na gestão municipal.	Dissertação
33	Schuerz, 2024	Estudo de caso: analisa a participação social nas políticas públicas de orçamento participativo em Rio das Ostras (2019–2023), evidenciando sua timidez.	Dissertação
34	Silva, 2020	Estudo de caso: avalia as deliberações do orçamento participativo de João Pessoa, identificando as políticas urbanas e sustentáveis como temas centrais.	Tese
35	Silva, 2021	Estudo de caso: conclui que o orçamento participativo de Teresina é ainda tímido diante da potencialidade descentralizadora do modelo.	Dissertação
36	Siqueira, 2019	Estudo de caso: analisa os impactos das mudanças de gestão em Porto Alegre sobre o orçamento participativo, revelando regressão deliberativa em razão do clientelismo.	Tese
37	Suett, 2020	Estudo de caso: examina o orçamento participativo em Campos dos Goytacazes/RJ, apontando sua timidez e relacionando-a ao despreparo da população.	Tese



38	Teodoro, 2024	Estudo de caso: estuda a temática habitacional no orçamento participativo de Porto Alegre, identificando a fragilização da política ao longo do tempo.	Dissertação
39	Ventura, 2020	Estudo de caso: analisa o orçamento participativo em Araraquara/SP e as deliberações efetivadas ao longo do tempo pela gestão municipal.	Dissertação
40	Zaksessi, 2021	Estudo de caso: examina o orçamento participativo deliberativo no PPA 2014–2017 de Cruz Machado/PR, concluindo por sua timidez e baixa eficácia.	Dissertação

Elaborado pelos autores.

Na segunda etapa realizada no mês de março de 2025, foi procedida a escolha dos artigos científicos para compor o referencial teórico e embasar comparativamente a discussão.

Localizados na base de dados do Google Acadêmico, no intervalo de 2014 a 2024, utilizando a mesma ordem de descritores da primeira etapa da pesquisa, com exceção de “orçamento participativo digital”, e o filtro de regressão: “artigos de revisão”, pinçou-se 13 artigos para leitura integral dentre os 153 encontrados, levando em consideração a similaridade dos estudos, tanto para subsidiar a análise dos resultados quanto para amparar o desenvolvimento deste artigo (referencial teórico), restaram aptos a integrar o trabalho sete escritos.

A seguir, a relação dos principais achados da pesquisa que evidenciam as potencialidades e limitações recorrentes nos estudos acadêmicos selecionados sobre o orçamento participativo no âmbito das pós-graduações stricto sensu nacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Resultados:

A análise de dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas entre 2019 e 2024 revela uma série de pontos positivos e negativos associados à concretização do Orçamento Participativo (OP) em municípios brasileiros, dos quais destaca-se a recorrência dos seguintes fatores:



a) Potencialidades do OP:

Fortalecimento da participação social:

O OP é reconhecidamente um instrumento eficaz para engajar a população no processo decisório sobre a alocação dos recursos públicos, resultando em uma gestão mais participativa, assim como promovendo a conscientização cidadã e incentivando a população a exigir um melhor funcionamento da máquina pública.

Essa dimensão participativa do orçamento contribui para o aprimoramento da gestão pública e a inclusão de grupos historicamente excluídos das discussões sobre como e onde investir os recursos públicos, promove a confiança na administração da res pública, deixando o OP de ser apenas um instrumento contábil e se afirmando como ferramenta estratégica de promoção de cidadania ativa, reconstrução de vínculos institucionais e aprofundamento da democracia (Almeida, 2019; Alves, 2022; Araújo, 2023; Azevedo, 2019; Barboza, 2022; Bianchi, 2019; Burity, 2019; Cantuário, 2019; Carvalho, 2023; Castro, 2022; Davanço, 2024; Egelke, 2022; Ferreira, 2023; Fontoura, 2019; Franco, 2019; Gomes, 2019; Lima, 2023; Luciano, 2021; Macedo, 2022; Maciel, 2021; Mororó, 2024; Mottin, 2023; Muller, 2022; Napoli, 2021; Pacheco, 2020; Pinheiro, 2021; Pita, 2020; Porto, 2024; Raymundo, 2022; Sá, 2021; Santos, 2019; Santos, 2019; Santos, 2021; Schuerz, 2024; Silva, 2020; Silva, 2021; Siqueira, 2019; Suett, 2020; Teodoro, 2024; Ventura, 2020; Zaksessi, 2021).

O fortalecimento da participação social é importante para a construção de políticas públicas mais legítimas e eficazes. Ampliar os canais de diálogo entre governo e sociedade civil permite que as deliberações públicas reflitam melhor as necessidades e interesses coletivos, além de fomentar o senso de cidadania ativa (Azevedo, 2019; Maciel, 2021; Pacheco, 2020; Raymundo, 2022).

Redirecionamento de gastos públicos:

Consiste o redirecionamento dos gastos públicos na realocação estratégica de recursos financeiros para áreas prioritárias, cuja finalidade é a redução de desigualdades com a promoção do bem-estar social.

Os estudos analisados indicam que a adoção do OP contribuiu para o rearranjo dos recursos municipais para áreas prioritárias como Saúde, Saneamento, Habitação e



Urbanismo (Ferreira, 2023; Pinheiro, 2021).

Essa mudança reflete as demandas populares expressas nas plenárias do OP, evidenciando uma maior sintonia entre os investimentos públicos e as necessidades da comunidade (v.g. Almeida, 2023; Carvalho, 2023; Cantuário, 2019; Lima, 2023; Macedo, 2022; Maciel, 2021; Mororó, 2024; Porto, 2024; Raymundo, 2022; Santos, 2019; Shcuerz, 2024; Silva, 2020; Silva 2021; Teodoro, 2024; Ventura, 2020).

Orçamento participativo digital (OPD):

Ferramentas digitais permitem maior participação popular, superando barreiras físicas e geográficas, uma vez poder as reuniões e consultas ser acessadas por meio de aplicativos, plataformas on-line e redes sociais (Luciano, 2021).

A tecnologia facilita a participação de um público mais amplo e as votações e sugestões podem ser feitas de qualquer lugar, em qualquer horário (v.g. Barboza, 2022; Franco, 2019; Gomes, 2019; Luciano, 2021; Sá, 2021; Santos, 2019).

Além do mais, os sistemas digitais permitem maior controle e acompanhamento das propostas orçamentárias, reduzindo riscos de manipulação, agilidade na oferta de proposições e votação, com um custo operacional menor do que das reuniões presenciais (v.g. Franco, 2019; Luciano, 2021; Sá, 2021).

Quadro 3: comparativo das principais características dos modelos tradicional e digital do orçamento participativo:

	OPD	OPT
Acesso	On-line, acessível de qualquer lugar	Presencial, participação local
Engajamento	Possibilidade de maior alcance e participação assíncrona	Pode ter menor adesão, dependendo do interesse da comunidade
Custo	Reduz custos de natureza operacional (reuniões, deslocamentos etc.)	Envolve custos logísticos e administrativos
Transparência	Processos registrados digitalmente e rastreáveis	Sujeito a limitações de documentação e controle
Inclusão Digital	Depende da infraestrutura	Inclui aqueles sem acesso à internet



	digital e capacitação	
Interação	Menos debate aprofundado; maior participação quantitativa	Mais discussão e maior poder de argumentação nas reuniões

Elaborado pelos autores.

Com base no quadro acima, infere-se que os dois modelos de operacionalização do OP podem ser complementares, com o OPD potencializando o alcance e eficiência do OPT, garantindo maior inclusão e transparência.

Promoção da transparência e governança:

A promoção da transparência e da governança está associada à redução da distância entre governo e sociedade, pois estabelece um canal direto de diálogo entre o poder público e os cidadãos.

Ao envolver os municípios na definição das prioridades orçamentárias, o OP contribui para a descentralização da transparência no processo orçamentário. Isso torna a população mais consciente da aplicação dos recursos públicos e reforça os princípios democráticos na administração municipal (v.g. Alves, 2022; Araújo, 2023; Burity, 2022; Castro, 2022; Davanco, 2024; Lima, 2023; Napoli, 2021; Pita, 2020; Porto, 2024; Raymundo, 2022; Silva, 2020; Siqueira, 2019).

Ao integrar transparência e governança como princípios orientadores da gestão pública, promove-se não apenas o acesso à informação, como a participação ativa da sociedade na fiscalização e na construção das políticas públicas (Silva, 2021; Suett, 2020; Teodoro, 2024). Esse fortalecimento do vínculo entre Estado e cidadãos é fundamental para consolidar uma cultura democrática mais sólida, justa e responsiva (Almeida, 2023; Castro, 2022; Pacheco, 2020; Pinheiro, 2021).

A governança do OP, seja tradicional ou digital, deve garantir que o processo seja inclusivo, legítimo e eficaz, promovendo um equilíbrio entre participação cidadã e eficiência administrativa.

Os trabalhos deixam claro que sem o debate presencial e a construção de consensos, a votação digital tende a fragmentar o processo e reduzir seu potencial transformador (Gomes, 2019; Franco, 2019; Luciano, 2021; Santos, 2019). Via de consequência, mesmo com o maior alcance de cidadãos pelo OPD, os resultados efetivos



sobre o próprio orçamento e a promoção da justiça social permanecem limitados.

b) Limitações do OP:

Emergência de relações clientelistas:

Pesquisas apontam que, em alguns casos, o OP pode ser suscetível ao desenvolvimento de práticas clientelistas.

O orçamento participativo, concebido como um instrumento de aprofundamento da cidadania e de promoção da justiça distributiva, tem sua lógica comprometida quando cooptado por relações políticas personalistas e patrimonialistas (Araújo, 2023; Davanço, 2024; Lima, 2023; Suett, 2020).

Parte considerável dos textos acadêmicos afirmaram que as relações clientelistas entre os conselheiros do OP e a administração municipal contribuíram para o enfraquecimento do poder da comunidade na tomada de decisões, comprometendo a eficácia do processo participativo (v.g Fontoura, 2019; Mottin, 2023; Muller, 2022; Napoli; Pinheiro, 2021; Siqueira, 2019; Teodoro, 2024).

Por conseguinte, tal prevalência de mecanismos de troca e favorecimento que priorizam interesses particulares em detrimento do bem comum, findam por comprometer a transparência, a impessoalidade e a equidade do OP, atributos os quais deveriam orientar a alocação dos recursos públicos deliberados pela população. (v.g. Alves, 2022; Burity, 2019; Egelke, 2022; Macedo, 2022; Porto, 2024; Santos 2019; Silva, 2020).

Fragilidade metodológica dos orçamentos participativos:

Apontam os pesquisadores que algumas experiências de OP, embora formalmente implantadas, não promovem espaços efetivos de deliberação (Siqueira, Franco 2019; Ventura, 2020; Zaksessi, 2021). Isso se dá porque essas práticas findam como “participação simbólica” ou “consultiva”, em que a influência real da população nas decisões orçamentárias é mínima (Azevedo, 2019; Macedo, 2022; Pita, 2020; Teodoro, 2024).

Uma das principais fragilidades metodológicas dos orçamentos participativos está na limitação da representatividade: muitas vezes, quem participa não reflete a



diversidade socioeconômica da comunidade, favorecendo grupos mais organizados ou com maior capital social (Abreu, 2014; Pinho, 2014).

Ademais, há pouca padronização nos métodos de coleta e análise das demandas, o que pode comprometer a transparência e a comparabilidade entre edições dos ciclos orçamentários, haja vista que a vinculação real das decisões participativas ao orçamento público é frequentemente tímida, tornando o processo muito mais simbólico do que efetivo. (v.g. Almeida, 2022; Azevedo, 2019; Barboza, 2022; Bianchi, 2019; Carvalho, 2023; Castro, 2022; Davanço, 2024; Ferreira, 2023; Egelke, 2022; Gomes, 2019; Lima, 2023; Macedo, 2022; Maciel, 2021; Mottin, 2023; Raymundo, 2022; Sá, 2021; Santos, 2019; Silva, 2021; Siqueira, 2019; Suett, 2020; Ventura, 2020; Zaksessi, 2021).

Desafios da implementação digital:

A adoção de plataformas digitais para o OP apresentou limitações na efetividade da participação social (Franco, 2019; Luciano, 2021; Santos, 2019).

A forma digital de votação, embora amplie o alcance, pode criar formas instrumentais de participação que não produzem resultados efetivos para aqueles que costumam estar à margem da política pelos meios convencionais (Barboza, 2022; Franco, 2019; Gomes, 2019; Luciano, 2021; Mororó, 2024; Sá, 2021; Santos 2019).

Em outras palavras, as pesquisas demonstraram que a adoção de formas digitais de votação do OP possibilita o alargamento do número de participantes, mas não necessariamente a qualidade da participação, uma vez que a facilidade do acesso favorece escolhas rápidas e pouco refletidas, o que enfraquece o debate público das prioridades coletivas (Carvalho, 2023; Franco, 2019; Zaksessi, 2021).

3.2. Discussão

A concretização do orçamento participativo nos municípios brasileiros apresenta um panorama complexo, com benefícios e desafios significativos.

O OP demonstra potencial para promover uma gestão pública mais transparente, alinhada às necessidades da população e fortalecedora da participação cidadã (v.g. Alves, 2022; Azevedo, 2019; Bianchi, 2019; Cantuário, 2019; Carvalho, 2023; Castro, 2022; Davanço, 2024; Ferreira, 2023; Pacheco, 2020; Raymundo, 2022; Sá, 2021; Santos, 2019; Ventura, 2020).



De outra banda, a eficácia do OP pode ser comprometida por práticas clientelistas, percepções negativas da população sobre a gestão municipal e dificuldades na adaptação a plataformas digitais (v.g. Almeida, 2019; Gomes, 2019; Luciano, 2021; Mottin, 2023; Pinheiro, 2021; Siqueira, 2019, Teodoro, 2024).

A experiência de Porto Alegre-RS, por exemplo, destaca a necessidade de salvaguardas contra o clientelismo, garantindo que o OP permaneça um instrumento de empoderamento comunitário genuíno, posto que a inserção de dinâmicas clientelistas nesses espaços participativos compromete não apenas sua eficácia, mas também sua legitimidade social e política (Davanço, 2024; Maciel, 2021; Macedo, 2022; Muller, 2022; Pita, 2020; Santos, 2019; Silva, 2021; Siqueira, 2019)

Por sua vez, a iniciativa digital em Volta Redonda-RJ sugere que, embora a tecnologia possa ampliar o alcance do OP, é crucial assegurar que todos os segmentos da população tenham acesso e capacidade para participar efetivamente do processo orçamentário (Franco, 2019; Luciano, 2021), como ocorreu no estudo pioneiro sobre o OPD na cidade de Belo horizonte (Abreu, 2012) e mencionado no item 1.3 deste artigo.

A introdução das plataformas digitais de votação do OP ampliou o alcance da participação popular, permitindo que mais pessoas opinem sobre as prioridades públicas sem as barreiras de tempo, espaço e deslocamento físicos (Franco, 2019). Porém, essa ampliação quantitativa nem sempre se traduz em uma participação mais efetiva, porque, muitas vezes, a facilidade do acesso, como no exemplo de Volta Redonda-RJ, favorece uma participação superficial, pouco conectada ao entendimento aprofundado das demandas locais, o que esvazia o sentido deliberativo que originalmente fundamentava o processo da participação direta da população quanto a gestão financeira local (Franco; Luciano, 2021).

Essa ausência de encontros interpessoais e de espaços de diálogo reduz a construção de consensos e como consequência, mesmo com maior número de votantes, os projetos selecionados quase nunca refletem as prioridades inclusivas, limitando o impacto transformador que o orçamento participativo possa porventura exercer no planejamento público (v.g. Araújo, 2022; Carvalho, 2023; Franco, 2019; Lima, 2023; Pereira, 2019; Sá, 2021; Santos, 2021; Mororó, 2024).



Os resultados deste artigo enfatizam a importância de uma comunicação clara e transparente entre a administração municipal e os cidadãos, a fim de alinhar as expectativas dos múltiplos atores e fortalecer a confiança no processo participativo (v.g. Almeida, 2019; Alves, 2022, Azevedo, 2019; Carvalho, 2023; Castro, 2022; Fontoura, 2019; Mororó, 2024; Muller, 2022; Pereira, 2019; Pinheiro, 2021; Raymundo, 2022; Schuerz, 2024).

Nessa ordem, os achados nas dissertações e teses catalogados no Capes, no período de 2019 a 2024 (v.g. Almeida, 2019; Alves, 2022; Ferreira, 2023; Maciel 2021, Pacheco, 2020; Porto, 2024; Santos, 2019; Silva, 2020), dialogam com a literatura especializada que desde a década de 1990 vem analisando o OP como uma inovação democrática de ressignificação das relações entre o Poder Público e a sociedade (v.g. Azevedo et al, 2022; Bordat, 2014; Peres, 2020; Souza, 2015).

A recorrência dos aspectos positivos identificados nas dissertações e teses reforça a centralidade do OP como dispositivo de democratização do poder local, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioespaciais (v.g. Almeida, 2019; Araújo, 2022; Barboza, 2022; Burity, 2019; Castro, 2022; Carvalho, 2023; Ferreira, 2023; Gomes, 2019; Maciel, 2021; Raymundo, 2022; Santos, 2019; Schuerz, 2024).

Por seu turno, os limites evidenciados, como as fragilidades institucional e metodológica, a baixa representatividade, o clientelismo e a restrição orçamentária (v.g. Alves, 2022; Araújo, 2023; Azevedo, 2019; Cantuário, 2019; Lima, 2023; Maciel, 2021; Mottin, 2023; Muller, 2022; Sá, 2021, Santos, 2019; Suett, 2020, Teodoro, 2024), também confirmam as críticas apontadas por autores dos artigos de revisão que chamam atenção para o risco de institucionalização do OP sem a correspondente extensão da sua capacidade transformadora (v.g. Azevedo et al, 2022; Bordat, 2014; Peres, 2020; Silva, 2017; Souza, 2017).

Os desafios de inclusão institucional sugerem que o OP ainda opera de maneira tímida e sem impactos no cotidiano dos cidadãos em muitos municípios (v.g. Azevedo, 2019; Barboza, 2022; Ferreira, 2023; Santos, 2019; Schuerz, 2024).

Um fator importante observado nas dissertações (Barboza, 2022; Franco, 2019; Luciano, 2021, Santos, 2019) e teses (Gomes, 2019; Sá, 2021), é o movimento de



reformulação do orçamento participativo com o uso de tecnologias digitais.

Embora ainda incipientes, as experiências de orçamento participativo digital (OPD) indicam novas possibilidades de engajamento, sobretudo entre públicos mais jovens, ampliando o acesso aos processos deliberativos (Barboza, 2022; Gomes, 2019; Luciano, 2021; Sá, 2021). Mas ainda levantam dilemas sobre exclusão digital e mediações algorítmicas que merecem atenção crítica quanto à sua funcionalidade (Carvalho, 2023; Franco, 2019; Santos, 2019).

A saber, as teses e dissertações analisadas firmam o OP como um campo em permanente construção, porém, com olhares que ainda oscilam entre o entusiasmo e a cautela quanto à concretização tanto do modelo tradicional (OPT) quanto do modelo digital (OPD).

Entre os aspectos positivos mais recorrentes do OPD – e à semelhança do OPT –, os trabalhos acadêmicos grifam a ampliação da transparência e o potencial engajamento cívico por meio de plataformas digitais, que facilitam o acesso da população às informações orçamentárias e, em alguns casos, à própria participação no processo decisório (v.g Araújo, 2023; Franco, 2019; Luciano, 2021; Mororó, 2024; Muller, 2022).

A preocupação frequente é quanto ao uso instrumental das ferramentas, mais voltado à aparência de transparência do que à efetivação de mecanismos de controle social, assim como tecem críticas à fragilidade das plataformas no que diz respeito à usabilidade, à linguagem acessível e à efetividade na escuta da população, o que tende a restringir a participação a grupos anteriormente mobilizados e com menor familiaridade com os meios digitais (v.g. Araújo, 2023; Burity, 2019, Castro, 2022; Franco, 2019; Luciano, 2021, Porto, 2024, Raymundo, 2022; Santos, 2019).

Nessa senda, a análise geral dos trabalhos acadêmicos aponta que o orçamento participativo permanece um campo fértil de experimentação democrática, todavia, seu êxito continua condicionado à vontade política, ao desenho institucional e à capacidade de articulação social (v.g. Almeida, 2019; Ferreira, 2023; Macedo, 2022; Maciel, 2021; Silva, 2021).

Dessa maneira, para que o orçamento participativo se solidifique é necessário que as administrações municipais engendrem estratégias que mitiguem os desafios



identificados, promovam a inclusão digital e fortaleçam a confiança no processo decisório compartilhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre orçamento participativo, produzidas entre 2019 e 2024 e disponíveis na Biblioteca Digital da Capes, revela a permanência de tensões estruturais e a coexistência de potencialidades e fragilidades na implementação dessa política pública.

Os aspectos positivos recorrentes — como a ampliação da participação cidadã, o fortalecimento de vínculos comunitários e a maior transparência na gestão orçamentária — reafirmam o OP como um importante mecanismo de democratização do poder local, especialmente em contextos marcados por desigualdades e exclusão histórica (Araújo, 2023; Fontoura, 2019; Mororó, 2024; Teodoro, 2024).

Por outro lado, a persistência de entraves como a descontinuidade institucional, a limitação orçamentária e a desigualdade na participação, demonstram que o OP, quando não sustentado por vontade política, arcabouço normativo consistente e estratégias inclusivas, corre o risco de ser capturado por interesses localizados ou de se tornar um exercício simbólico de consulta sem efetividade real (Azevedo, 2019; Muller, 2022; Santos, 2019; Silva, 2021; Siqueira, 2019; Suett, 2020).

A produção acadêmica recente (teses e dissertações) indica também uma abertura para inovações metodológicas, como o uso de plataformas digitais e a adoção de formatos temáticos ou territoriais mais responsivos às dinâmicas locais. Embora ainda incipientes, as experiências de orçamento participativo digital (OPD) têm se mostrado potenciais fontes de aprimoramento do OP tradicional, ao ampliar os canais de acesso, especialmente entre populações conectadas (Barboza, 2022; Franco, 2019; Luciano, 2021).

No entanto, tais inovações ainda enfrentam desafios relativos à exclusão digital, à fragilidade técnica das equipes gestoras e à dificuldade de articulação intersetorial (Franco, 2019; Luciano, 2021).



E é nesse tensionamento entre inovação e desigualdade que reside o principal desafio para a consolidação do OP como instrumento de democratização das finanças públicas.

Por tudo até aqui exposto, a presente pesquisa contribui para o campo de estudos sobre a democracia participativa ao sistematizar as percepções críticas sobre o OP expressas em teses e dissertações produzidas no Brasil entre 2019 e 2024, pontificando a comunicação entre a produção acadêmica e a prática institucional, assim como colaborando para a qualificação do debate sobre participação cidadã na gestão pública.

Outrossim, a partir das fragilidades identificadas, sugere-se duas frentes para as investigações futuras:

O impacto da descontinuidade política sobre o orçamento participativo: compreender como diferentes municípios reconfiguram (ou desmantelam) o OP diante de mudanças de governo pode revelar os limites da sua institucionalização.

A efetividade dos mecanismos de inclusão em orçamentos participativos digitais: investigar se as ferramentas digitais ampliam o acesso de grupos com baixa representatividade social, ou se reforçam as desigualdades preexistentes, a fim de possibilitar a estruturação de novas arquiteturas participativas mais justas e abrangentes.

PARTICIPAÇÃO DOS AUTORES:

Mateus Araújo Aires: responsável pela conceituação; investigação; escrita rascunho original; escrita revisão e edição.

Luana Sávia Araújo Aires: responsável pela conceituação; metodologia; investigação; escrita revisão e edição.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. A. Participação democrática na administração pública mediada pela internet: o caso do orçamento participativo digital' 31/03/2012 257 f. Doutorado em Administração. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, Biblioteca Depositária: Escola de Administração. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24588>. Acesso em 27 fev 2025.



ABREU, J. C. A. d. PINHO, J. A. G. de. Sentidos e significados da participação democrática através da Internet: uma análise da experiência do Orçamento Participativo Digital. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 821 a 846, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/30878>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ALMEIDA, A. W. d. S. Participação Social na Formulação de Políticas Públicas: a gestão orçamentária no Município de Euclides da Cunha - BA. 09/09/2019 131 f. Mestrado Profissional em Planejamento Territorial Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Julieta Carteado – UEFS. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dissertacao%20ALISON.pdf>. Acesso em: 28 fev 2025.

ALVES, Júlio César Ferreira. Orçamento participativo: um estudo acerca da participação popular na elaboração dos orçamentos públicos nos municípios de Brumado e Guanambi, Estado da Bahia. 2022. [195 f.]. Dissertação (Direito) - Universidade Salvador, Salvador, 2022. Biblioteca Depositária: Biblioteca Adelmar Linhares - UNIFACS. Disponível em: <http://tede.unifacs.br/tede/handle/tede/860>. Acesso em 28 fev. 2025.

ARAUJO, S. B. d. Orçamento Participativo: Uma Proposta de Modelo para o Município de Caicó/RN. 28/11/2023 f. Mestrado em Ciências Contábeis Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte. Biblioteca Depositária UFRN: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/57564> Acesso em: 27 fev 2025.

AZEVEDO, U. F. d. Análise do Declínio do Número de Implementações e do Aumento do Abandono das Experiências de Orçamento Participativo no Brasil. (2004-2016). 11/02/2019 88 f. Mestrado em Ciência Política Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas Biblioteca Depositária: biblioteca digital da Unicamp: file:///C:/Users/User/Downloads/azevedo_uatumaefattoride_m.pdf. Acesso em 27 fev 2025.

AZEVEDO, R. R., et al. Efeitos políticos na descontinuidade do orçamento participativo em municípios. Revista de Administração Pública, v. 56, n. 3, p. 349–372, maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220210368>. Acesso em: 19 mar 2025.

BARBOZA, J. D. Desenho Institucional do Orçamento Participativo: Uma Análise da Efetividade da Participação Híbrida na Gestão Pública Municipal. 22/02/2022 155 f. Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional. Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Brasília Biblioteca Depositária: UFF.

Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/>. Acesso em: 27 fev 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIANCHI, L. H. N. G. A Viabilidade do Orçamento Participativo-Impositivo. 18/12/2019 129 f. Mestrado em Ciência Jurídica. Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho Biblioteca Depositária: 01. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Luiz%20Henrique%20N%C3%A9ia%20Giavina%20Bianchi.pdf>. Acesso em: 27 fev 2025.

BODART, C. d. N. Orçamento Participativo: Limites, Riscos e Potencialidades. Revista



Prelúdios, v. 2, n. 2, 2014. DOI: 10.9771/revpre.v2i2.14207. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/14207>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BURITY, E. T. C. B. O Planejamento Orçamentário Participativo de Teresina (PI) 2013 - 2018 16/12/2019 143 f. Mestrado Profissional em Gestão Pública Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco - UFPI. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/DVD%20Elaine%20Torres%20Castello%20Branco%20Burity.pdf>. Acesso em: 27 fev 2025.

CANTUÁRIO, V. A. P. Congresso do povo: a efetividade da participação social na elaboração do PPA da prefeitura de Macapá (2014-2017). 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) - Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UECE-0_b57ee725c40dab72e73326bea05adad9. Acesso em 28 fev 2025.

CARVALHO, R. C. d. Uma análise da aplicação do Nudge em consultas públicas. 17/12/2023 88 f. Mestrado em Ciência e Tecnologia da Computação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Itajubá. Itajubá. Biblioteca Depositária: Biblioteca Mauá. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/4011>. Acesso em: 28 fev 2025.

CASTRO, D. M. Fortalecimento da Democracia Participativa e do Controle Social nos Municípios do Interior do Estado do Amazonas por Meio do Orçamento Participativo.

28/03/2022 171 f. Mestrado em Direito. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus Biblioteca Depositária: UFMA. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/TRABALHO%20FINAL.pdf>. Acesso em: 27 fev 2025.

DAVANÇO, V. H. Políticas Participativas em Cianorte: o espaço social de construção histórica e participação popular. 16/10/2024 214 f. Mestrado em História Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí Biblioteca Depositária: Biblioteca

da Unespar - campus de Campo Mourão. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dissertac%20a%20o%20PPGHP%20%20Victor%20Hugo%20Davan%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 27 fev 2025.

ENGELKE, C. R. Desdemocratização e participação democrática: a percepção dos agentes dos Orçamentos Participativos de Rio Grande e São Lourenço do Sul (2013-2016) 08/12/2022 f. Doutorado em Ciência Política Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pelotas, Pelotas Biblioteca Depositária: Biblioteca das Ciências Sociais. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/9773>. Acesso em: 27 fev 2025.

FERREIRA, R. P. M. Efeitos da experiência de orçamento participativo no Brasil' 22/02/2023 71 f. Mestrado em Economia. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da FEA-USP. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.12.2023.tde-14122023-173406>. Acesso em 28 fev 2025.



FONTOURA, D. V. Orçamento Participativo de Porto Alegre: A Emergência do Clientelismo como Limitador da Participação Social. 25/08/2019 101 f. Mestrado em Sociologia e Ciência Política Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Irmão José Otão, PUC. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Daniely_Votto_Fontoura_Dis.pdf. Acesso em: 27 fev 2025.

FRANCO, B. B. A Interface entre o Patrimonialismo e a Gestão Participativa: Uma Análise do OP Digital de Volta Redonda. 30/10/2019 63 f. Mestrado Profissional em Administração Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda Biblioteca Depositária: Biblioteca do Aterrado - Volta Redonda (BAVR/UFF). Disponível: [file:///C:/Users/User/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Bruno%20Brettas%20Franco%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Bruno%20Brettas%20Franco%20(1).pdf). Acesso em 27 fev 2025.

GOMES, R. F. L. Democracia Digital Popular: articulações discursivas nos dispositivos de participação cidadã no Participa.br Decide Madrid' 01/08/2019 Doutorado em Comunicação e Semiótica Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC/SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22478>. Acesso em: 28 fev 2025.

LIMA, I. F. d. Avaliação do orçamento público para efetivação dos direitos fundamentais: condições da teoria da reserva do possível. 2023. 212 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74859>. Acesso em: 27 fev 2025.

LUCIANO, E. C. S. Uma análise reflexiva do orçamento participativo digital (2017-2020) do município de Volta Redonda e sua efetividade como ferramenta de participação social 26/08/2021 294 f. Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFRRJ. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12059>. Acesso em 28 fev 2025.

MACÊDO, J. A. d. As mudanças metodológicas do orçamento participativo de João Pessoa, suas causas e efeitos (2013-2020) 26/07/2022 f. Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba. Biblioteca Depositária: UFPb. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24898>. Acesso em: 28 fev. 2025.

MACIEL, L. R. Barreiras do Orçamento Participativo: uma Perspectiva dos Municípios Paranaenses e Portugueses. 22/09/2021. f. Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública. Instituição de Ensino: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná. Biblioteca Depositária: UTFPR. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/26442>. Acesso em: 27 fev 2025.

MORORÓ, C. S. S. Democracia no Orçamento Público em Fortaleza: Uma Avaliação do Ciclo de Planejamento Participativo (2016 - 2023)' 28/07/2024 undefined Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: UFC. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/78224>. Acesso em: 28 fev 2025.

MOTTIN, K. Democracia em Ação: Uma Análise do Orçamento Participativo à Luz da



Teoria Libertária de Murray Bookchin. 21/08/2023 133 f. Mestrado em Direito Instituição de Ensino: Faculdade Atitus Educação S.A, Passo Fundo, Rio Grande do SUL. Biblioteca Depositária: Atitus Educação, Passo Fundo. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Dissertac%C3%A3o%20Mestrado%20\(06092023\)%20REVISADO%20\(1\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Dissertac%C3%A3o%20Mestrado%20(06092023)%20REVISADO%20(1)%20(1).pdf). Acesso em: 27 fev 2025.

MULLER, I. D. Movimentos Sociais e Suas Relações com o(s) Estado(s) nos 30 anos do Orçamento Participativo de Porto Alegre: a análise em duas regiões com tradições associativas distintas. 15/02/2022 213 f. Doutorado em Sociologia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre Biblioteca Depositária: Lume Repositório Digital-UFRGS <http://hdl.handle.net/10183/238343>. Acesso em: 28 fev. 2025.

NAPOLI, M. M. O Orçamento Participativo e seu Descenso no Brasil. 15/09/2021 118 f. Mestrado em Desenvolvimento socioeconômico Instituição de Ensino: Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma Biblioteca Depositária: UNESC. Disponível: file:///C:/Users/User/Downloads/PPGDS_Miguel%20Napoli_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 28 fev 2025.

PACHECO, R. M. R. Diretrizes do Orçamento Participativo do Municípios de Porto Alegre/RS, Belho Horizonte/MG, e Miguel Calmon/BA: Estudos com vistas à viabilidade de sua implementação no município de Madre de Deus/BA. 28/07/2020 f. Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, Salvador Biblioteca Depositária: Universidade Católica do Salvador. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/handle/prefix/3965>. Acesso em: 28 fev 2025.

PERES, U. D. Dificuldades Institucionais e Econômicas para o Orçamento Participativo em Municípios Brasileiros. Caderno CRH, v. 33, p. e020007, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.33972>. Acesso em 19 mar. 2025.

PINHEIRO, B. C. Uma Análise das Prioridades Sociais dos Participantes do Orçamento Participativo em Porto Alegre, 1997-2016. 30/08/2021 72 f. Mestrado em Economia Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Irmão José Otão, PUC/RS. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9961>. Acesso em 27 fev 2025.

PITA, P. D. d. S. O Orçamento Participativo como Instrumento de Legitimidade Democrática e Construção da Cidadania Ativa: Um Estudo de Caso da Experiência de João Pessoa. 09/07/2020 128 f. Mestrado em Direito Constitucional Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: UFF. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/25350>. Acesso em 28 fev 2025.

PORTO, H. D. Cartografia do Orçamento Participativo em Belo Horizonte: Reflexões transescalares sobre representação política e territorial' 08/07/2024 367 f. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/77831>. Acesso em 28 fev 2025.

RAYMUNDO, L. C. F. Governança participativa local: uma análise das oportunidades e das consequências da participação cidadã no planejamento orçamentário de Curitiba' 19/12/2022 f. Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública Instituição



de Ensino: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.
<file:///C:/Users/User/Downloads/governancaparticipativaplanejamentocuritiba.pdf>.
Acesso em 27 fev. 2025.

SÁ, A. I. J. A. d. Orçamentos participativos, cidadania e geoinformação: Potencialidades e diretrizes metodológicas a partir da experiência de Belo Horizonte. 17/08/2021 265 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG. Disponível: <file:///C:/Users/User/Downloads/Ana Isabel de Sa Tese Orcamentos Participativos Cidadania e Geoinformacao compressed.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SANTOS, C. V. d. Avaliação da participação popular na política do orçamento participativo: um estudo em Fortaleza no período de 2005-2016 24/02/2019 f. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará - Campus do PICI. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/50744>. Acesso em: 27 fev 2025.

SANTOS, Laura Covatti dos. Audiências públicas eletrônicas: instrumento para a gestão fiscal democrática municipal. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2019. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/1695>. Acesso em: 28 fev 2025.

SCHUERZ, V. d. C. Construindo Juntos: Explorando a Participação Social e Políticas Públicas por meio da Análise do Orçamento Participativo em Rio das Ostras de 2019 a 2023' 24/03/2024 164 f. Mestrado em Direito. Instituição de Ensino: Universidade

Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
<file:///C:/Users/User/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Vanessa%20VANESSA%20DE%20CARVALHO%20SCHUERZ.pdf>. Acesso em: 28 fev 2025.

SILVA, M. F. d. Políticas Públicas e Sustentabilidade Urbana: análise das formas de atuação e deliberações do Orçamento Participativo do município de João Pessoa. 24/06/2020 268 f. Doutorado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais Instituição de Ensino: Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba. Biblioteca Depositária: Sistema de Biblioteca da UFCG. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/14465>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SILVA, A. O. d. O Orçamento Popular de Teresina como Instrumento Descentralizado de Gestão Pública Municipal: Caminhos e Tendências. 17/01/2021 150 f. Mestrado Profissional em Gestão Pública. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina. Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco, UFPI. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/2%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20COMPLETA%2020150%20P%C3%81G%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/2%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20COMPLETA%2020150%20P%C3%81G%20(1).pdf). Acesso em: 27 fev 2025.

SIQUEIRA, V. Direito financeiro para concursos. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

SIQUEIRA, L. F. Democracia e cidade: da democracia participativa à desdemocratização na experiência de Porto Alegre. 25/09/2019 237 f. Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto



Alegre, Rio Grande do Sul. Biblioteca Depositária: Lume-UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/204599/001110283.pdfsequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SOUSA, M. R. da S; SILVA, F. Y. O; SANTOS, A. R. Governança e orçamento público: uma revisão sistemática. LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas, [S. l.], v. 13, n. 1, 2023. <https://www.periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/338>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SOUZA, M. L. d. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. Terra Livre, [S. l.], n. 15, p. 39–58, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2000.360. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/360>. Acesso em: 19 mar 2025.

SOUZA, F. J. B. DE; SILVA, S. A. M. E. Orçamento Participativo: Mais Qualidade da Democracia? Organizações & Sociedade, v. 24, n. 81, p. 195–215, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-923081>. Acesso em 19 mar. 2025.

SUETT, W. B. Participação e Democracia Local: Uma Análise da Implementação do Orçamento Participativo na Cidade de Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro. 29/09/2020 144 f. Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Instituição de Ensino: Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: UCAM-Campos. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Tese%20-%20Waidson%20Bit%20C3%A3o%20Suett.pdf>. Acesso em 28 f fev. 2025.

TEODORO, I. A questão da moradia no Orçamento Participativo de Porto Alegre. 18/11/2024 undefined f. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca depositária: USP. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20VERS%C3%83O%20CORRIGIDA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20VERS%C3%83O%20CORRIGIDA%20(1).pdf). Acesso em: 27 fev 2025.

VENTURA, I. A. Uma análise da influência do orçamento participativo na gestão pública do município de Araraquara/SP. 23/07/2020 98 f. Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional Instituição de Ensino: Universidade Federal de Alfenas, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Federal de Alfenas. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1654>. Acesso em: 28 fev 2025.

YIN, Robert K. Estudo de Caso, planejamento e métodos. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

ZAKSESKI, F. A. Políticas Públicas, Federalismo e Dimensões Jurídico-Políticas-Políticas da Justiça Social: Análise do Plano Plurianual 2014-2017 do Município de Cruz Machado-Paraná. 27/09/2021 179 f. Mestrado em Desenvolvimento Comunitário Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná. Biblioteca Depositária: BDTD Irati, PR. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Zaksessi%2C+Francieli+Aparecida>. Acesso em: 28 fev 2025.



O orçamento participativo como ferramenta de transformação social: um panorama da produção acadêmica (2019-2024)

Aires, et al.